



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003198-91.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
Requerente: **ELEM NARA SOUZA PATRICIO**
Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha contrato de financiamento de veículo com a ré, deixando de quitar algumas prestações em decorrência de dificuldades financeiras que atravessou.

Alegou também que diante disso a ré ajuizou ação de busca e apreensão do veículo e que então fez acordo com a mesma para o pagamento de seu débito.

Salientou que ainda assim o título pertinente ao fato continuou protestado, o que lhe gerou danos cujo ressarcimento postula, além da declaração da inexistência do débito a ele relativo e do recebimento em dobro do montante do mesmo.

A existência da dívida a cargo da autora é incontroversa, tanto que admitida pela mesma na inicial (fl. 02, primeiro parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É certo que em face disso houve o protesto do título que a representava (fl. 22), o qual instruiu ação de busca e apreensão promovida pela ora ré (fls. 20/21).

A ré na sequência desistiu da ação porque chegou a acordo com a ora autora (fl. 25), não refutando na contestação ofertada nestes autos o cumprimento da obrigação assumida pela autora.

A conjugação desses elementos leva ao acolhimento parcial da pretensão deduzida, impondo-se a declaração da inexistência da dívida trazida à colação.

No mais, porém, os pedidos da autora não vingam.

Como assinalado, a ré agiu no exercício regular de seu direito ao protestar o título indicado a fl. 22 diante da inadimplência confessada da autora.

Seu ato foi legítimo, portanto, de modo que tocava à autora tomar as providências necessárias para a baixa do protesto.

Se poderia haver alguma dúvida quanto ao tema se o protesto fosse tirado indevidamente, no caso dos autos isso inócorre porque não se vislumbra vício algum da ré ao realizá-lo.

Não se pode olvidar que o interesse para a solução do problema posto era precipuamente da autora, até porque tem o direito de exigir a correção de dados inseridos em lançamento dessa natureza (art. 43, § 3º, do CDC).

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião de perfilar esse entendimento:

“INDENIZAÇÃO – DANO MORAL – CHEQUE - DEVOLUÇÃO – CADASTRO DE INADIMPLENTES – Anotação do nome da autora em cadastros dos órgãos de proteção ao crédito em caso de inadimplência – Possibilidade – Após quitada a dívida - Obrigação do devedor em promover a exclusão de seu nome dos cadastros de órgão proteção ao crédito – Não cabimento de danos morais – Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.” (TJ-SP, Apelação nº 005481-07.209.8.26.073, 2ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ROBERTO MAC CRACKEN**, j. 17/07/2014).

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, razão pela qual não se cogita de obrigação da ré em indenizar a autora sob qualquer título em virtude dos fatos discutidos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Torno sem efeito a decisão de fls. 27/28, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**